

**ATA FÓRUM ESTADUAL DE IMPULSIONAMENTO DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO-AMBIENTAL DE BAIXAS EMISSÕES**

N.º DATA 01/23	DATA 14/09/2023	HORÁRIO INÍCIO: 8h às 12h TÉRMINO: 14h às 18h	LOCAL: Auditório do Centro de Ciências Administrativas e Econômicas - CADECOM, UFRR
--------------------------	---------------------------	--	--

OBJETIVO DA REUNIÃO:

Instituir o Fórum Estadual de Impulsão do Desenvolvimento Econômico-Ambiental de Baixas Emissões.

Aos quatorze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, às oito horas, no auditório do Centro de Ciências Administrativas e Econômicas da Universidade Federal de Roraima, estiveram reunidas as instituições cujo tema mobilizador de sua existência são a conservação e preservação os recursos naturais e os reflexos dos usos desses recursos, com o intuito de formalizar a criação do Fórum Estadual de Impulsão do Desenvolvimento Econômico-Ambiental de Baixas Emissões. A cerimonialista deu as boas vindas a todos, introduziu o assunto que seria tratado no Fórum e convidou as autoridades para comporem a mesa de honra. Iniciou pelo senhor Glicério Marcos Fernandes Pereira - Presidente da FEMARH. Logo chamou Ciro Campos - Membro da Câmara Temática Sociedade Civil Organizada. Seguido de Maria de Fátima André, Representante do Conselho Idígena de Roraima e Membro Da Câmara Temática Indígena. Logo chamou Célia Regina Aguiar de Souza - Membro da Câmara Temática da Agricultura Familiar. Por último chamou Janielson Braz Lima - Membro da Câmara Temática de Povos e Comunidades Tradicionais. Logo após a formação do dispositivo de honra foi aberto o microfone para as falas das autoridades. Iniciou com a fala do Senhor Janielson que agradeceu o convite de estar representando as comunidades ribeirinhas e extrativistas no Baixo Rio Branco, e destacou que eles não querem ser esquecidos nas políticas públicas. Em seguida, a Senhora Célia Regina Aguiar de Souza - Membro da Câmara Temática da Agricultura Familiar fez uso da palavra. Célia iniciou sua fala destacando a importância da inclusão da agricultura

familiar neste processo de construção do presente Fórum. Enfatizou que é muito importante “*que nossa voz seja escutada e que nossa sociedade seja respeitada*”. Além disso, destacou que é de suma importância que os recursos do REDD+ cheguem nas bases, nas associações e que ajude a melhorar a qualidade de vida das comunidades que estão na ponta desse processo. Logo após foi dada a oportunidade de fala para Maria de Fátima André, Representante do Conselho Indígena de Roraima e Membro Da Câmara Temática Indígena. Maria de Fátima agradeceu o espaço de diálogo aberto com o governo para discutir o futuro e as vidas das comunidades indígenas. Destacou que querem fazer parte do debate e criar Políticas para continuar com seus modos de vida que preservam a Terra Mãe. Enfatizou que “*sempre estaremos presente quando falamos da vida de povos indígenas*”. Após essa fala foi chamado Ciro Campos – Membro da Câmara Temática Sociedade Civil Organizada para fazer uso da palavra. Ciro destacou que o ISA acredita que espaços como esse podem melhorar a vida de todos e que os recursos do REDD Jurisdicional podem fazer bem para as pessoas individualmente, mas faz bem para o mundo e construir uma Política que assegure as baixas emissões de gases de efeito estufa é o caminho a seguir. Logo após a fala de Ciro foi dada a palavra para o senhor Glicério Marcos Fernandes Pereira – Presidente da FEMARH. Glicério trouxe informações importantes sobre o Fórum e a primeira delas foi a mudança no Decreto 29.709/2020, Art. 18 que fala de quem é de direito a Presidência do Fórum, a partir da mudança o presidente do Fórum passa a ser o Presidente da FEMARH e a segunda foi a sugestão de alterar o nome do Fórum, para “FÓRUM ESTADUAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS”. Destacou que as Políticas são construídas para as pessoas e trouxe a informação que Roraima é notícia no mundo, pois está reduzindo os gases de efeito estufa visivelmente a cada ano. Após as falas das autoridades, a mesa não se desfez, porém a palavra foi passada a Luana Tabaldi para que introduzisse o Fórum. Destacou que o fórum é uma instância paritária de natureza política, consultiva e de acompanhamento da implementação política e instrumento de participação e controle social, é composto por representantes do poder público federal, estadual, municipal, da iniciativa privada, da academia, da sociedade civil, representação de povos indígenas, populações tradicionais extrativistas e

ribeirinhos, e da agricultura familiar. Disse que a criação deste Fórum só foi possível porque todos contribuíram, destacou a participação social e os parceiros: FAS - Fundação Amazônia Sustentável, PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia e GCF - Força Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas, sendo uma instância para a consolidação da Política de REDD no Estado de Roraima. Neste momento, as autoridades que compuseram o dispositivo de honra e os representantes dos membros que compõem o Fórum: CEMA - Conselho Estadual de Meio Ambiente, Fórum de Agricultura Familiar, Fórum Estadual pelo enfrentamento à violência contra as mulheres do campo, da floresta e das águas e o Comitê Estadual do plano ABC Roraima, foram convidados a assinar o Termo de Criação do Fórum. No seu primeiro discurso como Presidente do fórum, Glicério Marcos Fernandes Pereira, destacou que *“a Política Estadual de Mudanças Climáticas deve contemplar os anseios de todos os povos minoritários de Roraima”*. Posteriormente, foi franqueado a palavra para o público presente, onde foi argumentado: ***“Teremos acesso às modificações no decreto para que possam conhecer, discutir e contribuir com estas mudanças na lei?”*** Foi respondido pela Senhora Luana, que sim, que o trabalho do GTS - Grupo de Trabalho Social, será discutir e propor as alterações necessárias. A partir deste momento foi dado a palavra a consultora Raissa Guerra que trouxe um histórico da Política de REDD+ no Brasil, dispositivo este que os países ricos utilizam para repassar um valor econômico aos países em desenvolvimento que conseguem reduzir o desmatamento. Estes repasses seguem critérios de recebimento. Raissa esclareceu sobre o REDD Jurisdicional e trouxe a trajetória de Roraima ao REDD+. Após a explanação foi aberto espaço para dúvidas, sendo argumentado: ***“Como é feita essa doação que os países ricos fazem para o Fundo Amazônia? De que forma beneficia o Estado?”***, ***“Qual o interesse dos países desenvolvidos no financiamento dessa política, se esses países são os maiores emissores de gases de efeito estufa?”*** Nesse sentido a Senhora Milena, respondeu que esses recursos são destinados pelos países pelo reconhecimento dos esforços do governo brasileiro para acabar com o desmatamento ilegal na Amazônia Legal e da adoção de políticas

socioambientais e de apoio à ciência. Os recursos são destinados 80 % em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento na Amazônia, desta forma, nesse contexto são feitos projetos para os estados captarem esses recursos. Com relação, ao interesse dos países no financiamento dessas políticas, é para contribuir com a redução das emissões de gases de efeito estufa, considerando que a matriz de emissão do Brasil, o principal vetor é o desmatamento. Destacou também, que cada país possui suas metas de descarbonização e redução das emissões com base nas suas matrizes. Posteriormente foi franqueada a palavra à representante da Universidade Federal de Roraima - UFRR, Professora Doutora Priscila Vasconcelos, que destacou o status jurídico de alguns sujeitos ambientais, enfatizou que desde dos anos 70, existem discussões sobre mudanças climáticas, e pesquisas que tratavam sobre os desastres ambientais que as mesmas poderiam ocasionar, e agora estamos vivendo isso. Destacou que o Brasil é o sexto maior poluidor do mundo, e que todos os atores da sociedade devem contribuir para a redução das emissões, além disso, trouxe a informação de que a UFRR já pensa em um observatório do clima para Roraima. Posteriormente foi a vez da Senhora Luana Tabaldi trazer para as discussões o tema: O PPCDQ - Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado de Roraima como base para o programa de REDD+, destacando as metas do plano, os eixos prioritários, e que um dos objetivos do plano, é a construção do Sistema Jurisdicional de REDD+. O primeiro passo dado na construção do mesmo, foi o Decreto 29.710/2020, construído por meio do Projeto Janela A. O Decreto é um instrumento para o desenvolvimento sustentável, prevendo sistema de governança, e garantido a participação social, por meio da instituição dos Grupos de Trabalho: Governamental e Social, este composto pelas quatro Câmaras Temáticas, e a criação do Fórum. Finalizada a apresentação, foi aberto espaço para perguntas, sendo as mesmas: ***“Como a sociedade civil vai poder contribuir e saber sobre a política?”*** A Senhora Luana respondeu que existe uma câmara temática específica com representantes da sociedade civil organizada, e estes são os responsáveis por representá-los na construção da política e também, levar a sociedade sobre a mesma. Além disso, o Fórum

também é um espaço onde a sociedade vai ser consultada sobre a política de REDD+. ***“Como será a reposição dos grandes, que desmatam e degradam frente aos pequenos que já não o fazem, pois só podem usar 50 % de 60 hectares?”*** Existem legislações ambientais que visam essas questões, qualquer detentor de autorização de supressão de vegetação nativa, deve pagar reposição florestal, e os que fizerem sem ser legal, existem punições, então cabe ao estado monitorar e fiscalizar. Outra indagação foi: ***“Como a redução da reserva legal vai impactar a política de REDD+?”*** Nessa perspectiva, a Senhora Luana respondeu que a política de REDD+, vem como uma alternativa, para recompensar quem manter a floresta em pé, pois não é todos que vão realizar a conversão de suas áreas, possivelmente pelo elevado valor de reposição florestal e até mesmo executar a conversão da floresta. Concluindo o painel, o Senhor Stoney Pinto fez uso da palavra, chamando os membros que compõem o Fórum para fazer uso da palavra. Iniciou-se com a fala da Senhora Graça Policarpo que representou o Fórum de Enfrentamento da Violência contra a Mulher do Campo, da floresta e das águas, e destacou que representar o Fórum em uma mesa que discute o bem estar das minorias é uma honra e enfatizou que há o Programa Mulher Viver sem Violência que possui unidades móveis que possibilitam o atendimento a maior quantidade de mulheres. Em seguida o Senhor Célio Ramos, representante do Fórum da Agricultura Familiar, destacou que o fórum auxilia a organização das associações e os processos nos vários níveis, e que atualmente o agricultor deve trabalhar pensando diminuir a degradação e o desmatamento, e isso é possível, devem recuperar as áreas que já estão degradadas, aplicando tecnologia para produzir mais no que já está aberto. O Senhor Glicério Fernandes lembrou das ações realizadas pelas personalidades da mesa valorizando cada um e a união de todos. A fala dos membros da mesa gerou discussões e houve a participação da plateia. Houve um momento para perguntas, respostas, comentários e análise das ações de cada instituição presente. O momento encerrou com pausa para o almoço, retornando às atividades às 14h, com a mesa de discussão sobre Mudanças Climáticas e seus Impactos na Produção Rural e Agroextrativista com a consultora da FAS, Giovana Figueiredo, a senhora Fátima André, representante do Conselho Indígena de

Roraima e a Senhora Francineth Raposo, membro do Comitê de Povos Indígenas do GCF, e servidora da Secretaria de Estado dos Povos Indígenas. Primeiramente, foi apresentado pela Senhora Giovana Figueiredo, uma contextualização sobre efeito estufa e aquecimento global, o papel das florestas na mudança do clima, as perspectivas socioeconômicas na Amazônia, destacando quais os efeitos da crise climática para Amazônia, partindo dos impactos socioambientais, segurança energética, saúde, trabalho, e principalmente os impactos a agricultura e extrativismo, dando ênfase que as populações menos favorecidas são as mais impactadas pelas mudanças climáticas. Em seguida, foi a explanação da Senhora Fátima André, trazendo informações importantes sobre a percepção dos indígenas de Roraima, sobre mudanças climáticas, os planos de enfrentamento às mudanças que foram criados pelas comunidades indígenas, apresentando uma série de ações que o CIR - Conselho Indígena de Roraima, realiza para o enfrentamento da mudança do clima. A Senhora Francineth Raposo, apresentou sobre o trabalho desenvolvido no âmbito do Comitê Regional de Povos Indígenas da Amazônia Legal, do GCF. Foi aberto espaço para dúvidas e discussões, sendo a primeira indagação: ***“O setor energético será afetado por qual motivo? Quais os elementos que causam mudanças no setor energético?”*** Giovana destacou novamente que estudos mostram que no Brasil a geração de eletricidade poderá ser reduzida em até 15% a partir de 2040, podendo chegar a 28% até o final do século, pela redução da disponibilidade hídrica. Seguindo a programação foi formada a mesa para a discussão do tema: “Programas Jurisdicionais de REDD+ e Salvaguardas Socioambientais”, com os Senhores(as): Giovana Figueiredo, representante da FAS, Milena Terra, representante do PNUD e Carlos Aragon, Diretor do GCF no Brasil. O Senhor Carlos Aragon fez sua apresentação, trazendo dados importantes do 6º Inventário Nacional de Emissões, ano de 2022, destacando os principais vetores de emissões do Brasil, e estas emissões distribuídas por bioma, além disso, explanou sobre os tipos de financiamento de carbono de REDD+, e a estruturação desta política no Brasil. Sua apresentação foi seguida, pela Senhora Milena Terra, abordando sobre salvaguardas socioambientais, no âmbito do mecanismo de REDD+, expondo quando as mesmas foram definidas, falando de cada uma delas, com uma breve explicação

sobre. Para finalizar a mesa, a Senhora Giovana Figueiredo explanou sobre o Projeto Destravando e Alavancando o Desenvolvimento de Baixas Emissões - Janela B, que vem apoiando os Estados da Amazônia para atender os requisitos de elegibilidade para acesso ao Padrão ART/TREES, e no âmbito deste projeto, o Estado de Roraima, vem recebendo apoio, para construção da sua política, estabelecer os espaços de participação social, pactuar as salvaguardas socioambientais e demais atividades para os Estados alcançarem os requisitos. A seguir registramos as sugestões e demais colocações registradas no Fórum:

“Uma análise profunda quanto às aplicações de multas ambientais dos pequenos produtores. Pois alguns receberam multas como punição pelo desmatamento, maior que os valores comerciais de suas terras.”, “Mais conhecimentos sobre REDD+, para saber se realmente vai chegar nas bases.”, “Nós do Baixo Rio Branco somos esquecidos pelo Governo e Prefeituras, esperamos os benefícios!”, “Nós do Baixo Rio Branco temos receio de ficar fora dos benefícios!”, “Necessidade de orientação aos agricultores sobre desmatamento!”, “Sugiro que nas discussões devemos trocar mudança do clima para alteração do clima” - Prof. Dr. Priscila, “Alterar o nome do CEMA para Conselho Estadual de Meio Ambiente e Mudança do Clima” - Presidente Glicério, “Ver como o Fórum vai integrar o agronegócio para cumprir com as reduções!”, “Ausência das escolas agroambientais ou agroflorestais, para ensinar técnicas de produção mais sustentáveis.”, “Realizar uma pré COP com o Fórum” - Glicério, “A mudança climática nos traz preocupações mais temos que nos conformar pois Deus disse que tempos difíceis viriam e que um dia tudo isso iria acontecer conosco se Deus está acima de tudo, quem somos nós para impedir!”.

Às 17h a mestre de cerimônia agradeceu a participação de todos e deu por encerrado o evento de criação do Fórum Estadual de Mudanças Climáticas. E para constar, nós, equipe de relatoria do eventos, lavramos a presente ata que depois de lida será aprovada pelos membros do referido Fórum.

São partes integrantes desta ata:

Fotos

[https://drive.google.com/drive/folders/1Zmkl46UVlfntLSYp5e3HtFKPA1-rH9fy?usp=drive link](https://drive.google.com/drive/folders/1Zmkl46UVlfntLSYp5e3HtFKPA1-rH9fy?usp=drive_link)

Lista

de

Presença

<https://femarh.rr.gov.br/wp-content/uploads/2023/12/Lista-de-Presenca-14->

[09-Forum.pdf](#)

Link para vídeo do Fórum -
<https://www.youtube.com/live/H1MNKdbH7zc?si=bIqRz8VvqEnc3zQy>

PRÓXIMOS PASSOS/AÇÕES/PENDÊNCIAS	RESPONSÁVEL(IS)	PRAZO(S)
Proposta de regimento interno Fórum	FEMARH	Dezembro de 2023
Convidar representantes do agronegócio para próximo Fórum	FEMARH	-

Técnico

Técnico

FEMARH